

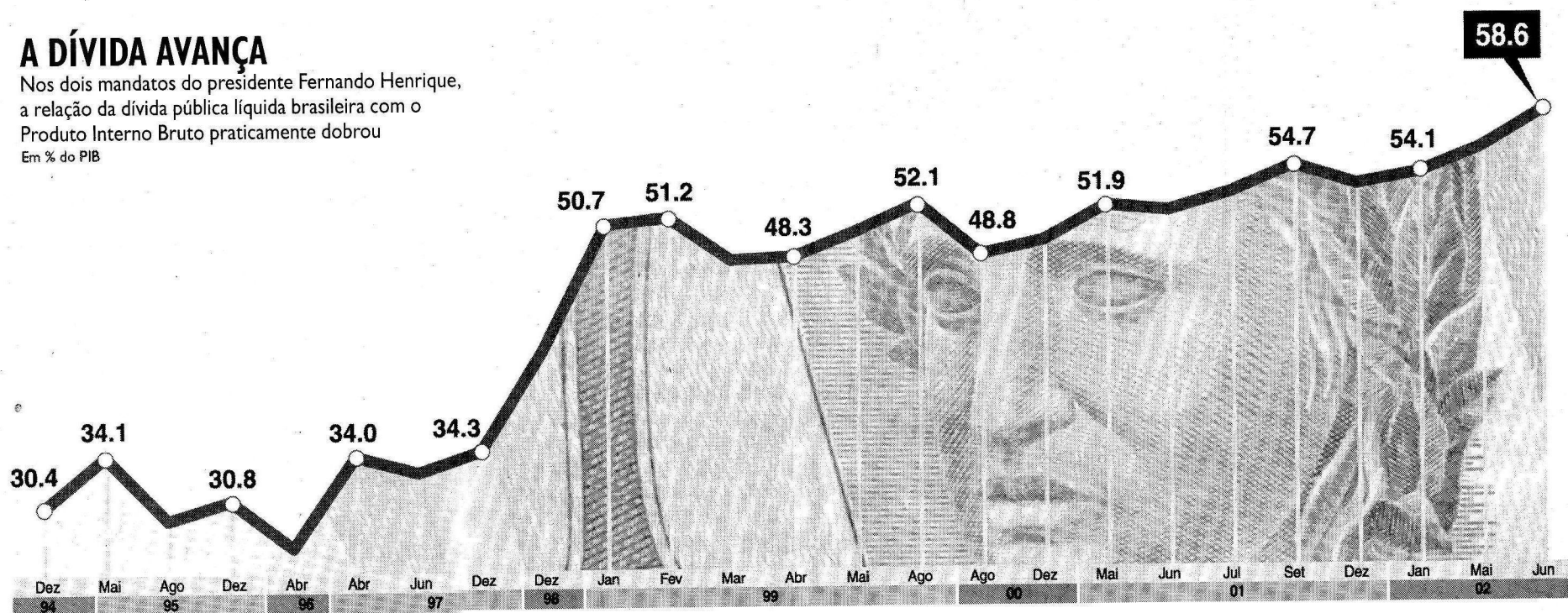
DÍVIDA PÚBLICA

Endividamento líquido do setor público, o mais importante indicador da saúde econômica de um país, atingiu recorde de R\$ 750 bilhões em junho. Dívida bruta ultrapassa R\$ 1 trilhão, o equivalente a 78,2% de toda a produção nacional em um ano

Economia na UTI

A DÍVIDA AVANÇA

Nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique, a relação da dívida pública líquida brasileira com o Produto Interno Bruto praticamente dobrou. Em % do PIB



Vicente Nunes
Da equipe do Correio

O Brasil registrou em junho um recorde assustador. A dívida líquida do país atingiu a marca histórica de R\$ 750,2 bilhões. Caso decidisse quitar esse endividamento em uma única tacada, o governo teria que usar 58,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O PIB é a soma de todas as riquezas produzidas pela Nação em um ano. “Estamos diante de um número estarrecedor”, disse o professor Lauro Vieira de Faria, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), um dos maiores especialistas em contas públicas do país.

O impressionante é a velocidade do crescimento dessa dívida. Apenas no mês de junho, o endividamento aumentou R\$ 41,8 bilhões. Desse montante, R\$ 41,3 bilhões foram decorrentes da alta de 12,79% do dólar naquele mês. Metade da dívida brasileira é corrigida pela moeda norte-americana. Somente ontem, quando o dólar rompeu a barreira dos R\$ 3, fechando a R\$ 2,995, com valorização de 1,66%, a dívida pública teve incremento de R\$ 6 bilhões. “A continuar esse comportamento, o governo terá que cortar mais despesas para manter a relação entre a dívida e o PIB sob controle”, afirmou o economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor da Dívida Pública do BC.

A proporção gigantesca que a

dívida pública tomou fica ainda mais evidente quando se compara seu aumento com o superávit primário (receitas menos despesas, sem levar em conta os gastos com juros) registrado pelo governo em junho, de R\$ 5,339 bilhões. O aumento de R\$ 41,8 bilhões é oito vezes maior que o superávit apresentado ontem pelo chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, como o melhor resultado em um mês de junho. “Mesmo com todo o esforço fiscal que o governo vem fazendo, a trajetória da dívida é preocupante”, ressaltou o economista-chefe da Gap Asset Management, Alexandre Maia.

TENDÊNCIA DE PIORA

A dívida líquida do setor público é o indicador usado por todos os economistas para medir a saúde de um governo. Ela leva em conta todos os créditos que os governos federal, estaduais e municipais têm a receber. Mas ontem, ao anunciar as contas públicas em junho e no acumulado do primeiro semestre, Altamir Lopes revelou que a dívida bruta do Brasil já passa de R\$ 1 trilhão. No dia 30 de junho, a dívida bruta estava em R\$ 999,650 bilhões. Mas a alta do dólar em julho já empurrou esse débito para R\$ 1,020 trilhão — o correspondente a 78,2% do PIB brasileiro.

Num quadro hipotético, cada um dos 170 milhões de brasileiros que aceitasse contribuir pa-

ra o pagamento dessa dívida teria que desembolsar R\$ 5.882, quantia que metade dos trabalhadores do país não recebe por ano. Caso a contribuição valesse para o pagamento da dívida líquida, o desembolso *per capita* teria de ser de R\$ 4.413, dinheiro que cerca de 14 milhões de aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) levariam dois anos para receber.

“Ainda que elevada, a dívida brasileira é perfeitamente administrável. A partir do momento em que os preços do dólar recuarem, a dívida também encolherá”, explicou Lopes. O problema, como reconheceu há dois dias o presidente do BC, Arminio Fraga, é que não se vislumbra uma melhora no quadro econômico no curto prazo. Até três semanas atrás, o que causava transtornos no mercado e pressionava as cotações do dólar era a incerteza em torno da sucessão presidencial. Mas esse passou a ser um problema secundário. Agora, o tormento vem dos escândalos nos Estados Unidos e na Europa em razão de fraudes em balanços de empresas.

DEPENDÊNCIA EXTREMA

“O Brasil está capotando no meio dessa turbulência”, afirmou Lauro Vieira de Faria. A crise internacional está diminuindo a oferta de dinheiro em circulação no mundo. E o país é extremamente dependente de capital exter-

no para fechar suas contas. São necessários US\$ 50 bilhões por ano, metade para que o país possa honrar os compromissos com juros e o principal da dívida externa. Temendo que o Brasil não consiga receber os dólares necessários para fechar os compromissos do ano que vem, os investidores ficam nervosos.

Com isso, o dólar sobe e a dívida pública aumenta. Daí, a necessidade de o governo fechar um acordo urgente com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O dinheiro do FMI ajudaria o país a garantir o pagamento das dívidas, afastando o me-

do de um calote que ronda, sobretudo, o débito externo. “O problema é que ninguém sabe de onde o FMI tirará dinheiro. Para socorrer o Brasil, certamente o Fundo terá que recorrer a um consórcio de bancos internacionais”, disse Freitas Gomes.

A dívida pública cresceu tanto nos últimos meses que o governo não conseguiu sequer cumprir a meta fixada com o FMI. Havia a promessa brasileira de o endividamento líquido do setor público fechar junho em R\$ 725,079 bilhões. Mas houve um estouro de R\$ 25 bilhões nessa

meta. Outro indicador importante: com o último dado divulgado pelo BC, pode-se constatar que a dívida pública dobrou em relação ao PIB desde o início do governo Fernando Henrique Cardoso, em janeiro de 1995. Também nunca se pagou tanto em juros como na era do Real. Segundo Altamir Lopes, nos seis primeiros meses de 2002 as despesas com juros totalizaram R\$ 46,274 bilhões.

SERRA ENCONTRA MALAN

O candidato do PSDB a presidente da República, José Serra, e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que atravessaram os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso em posições quase sempre antagônicas, têm um almoço marcado para hoje. O encontro tem um duplo objetivo: acalmar o mercado num momento em que a cotação do dólar encosta em R\$ 3 e sinalizar que Serra, e não Ciro Gomes (PPS), é o candidato à Presidência que representa a continuidade da política econômica. Combinado com o presidente Fernando Henrique Cardoso, o almoço serve para o governo fazer uma clara separação entre Serra e Ciro Gomes (PPS). Os partidos que apoiam Ciro, na ótica do Planalto, estariam tentando convencer setores mais conservadores do empresariado que Serra e Ciro representavam o mesmo em termos de continuidade da política econômica. (Agência Folha)